



**Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis**  
**CORREGEDORIA**  
**COORDENAÇÃO DE GESTÃO E CONTROLE CORRECIONAL**

**Relatório nº 22935611/2025-CGCC/Coger**

Número do Processo: 02001.010820/2025-91

Interessado: CORREGEDORIA

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

## **RELATÓRIO CORRECIONAL TRIMESTRAL 1º/2025**

### **1. APRESENTAÇÃO**

1.1. A Corregedoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - Coger/Ibama é uma unidade setorial do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal – SISCOR - responsável pelo planejamento, coordenação, orientação, supervisão, execução e controle das atividades correcionais no âmbito da autarquia.

1.2. A [Portaria nº 92, de 14 de setembro de 2022](#), que aprovou o Regimento Interno do Ibama, estabelece, em seu artigo 37, as competências da Corregedoria, com destaque para as atividades de investigação, condução de processos administrativos envolvendo servidores públicos e processos de responsabilização de pessoas jurídicas, além do desenvolvimento de medidas voltadas à prevenção e à repressão de infrações disciplinares, e fomento das ações de integridade relacionadas à atividade de correição.

1.3. Por sua vez, os procedimentos relativos à apuração disciplinar de que trata a [Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990](#) e os demais procedimentos e competências para os fins da atividade correcional e disciplinar, no âmbito do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, estão disciplinados na [Portaria Ibama nº 1.929, de 19 de agosto de 2020](#).

1.4. Esta Portaria, em seu artigo 119, estabelece a obrigatoriedade de elaboração de Relatório Correcional Trimestral, contendo os dados dos processos e procedimentos correcionais em andamento.

1.5. Destarte, o presente relatório consolida os dados da Corregedoria do Ibama, referente ao primeiro trimestre de 2025, o qual compreende o período de 01 de janeiro a 31 de março de 2025.

### **2. EQUIPE COGER/IBAMA**

2.1. A Corregedoria do Ibama possui, em sua maioria, corpo funcional com dedicação exclusiva, e parte com dedicação parcial.

2.2. Atualmente são 10 (dez) servidores lotados na USC – dentre analistas e técnicos administrativos ou ambientais, e 1 (um) Auditor Federal de Finanças e Controle –, além de 4 (quatro)

colaboradores terceirizados.

2.3. A unidade conta ainda com outros 19 (dezenove) servidores que compõem a Comissão Permanente Processante, prevista no artigo 137 da [Portaria Ibama nº 1.929, de 19 de agosto de 2020](#).

2.4. Destaca-se que, neste primeiro trimestre, a Portaria de Corregedoria nº 110, de 04 de junho de 2024 (19474806) – que designa a Comissão Permanente de Processo Disciplinar – foi alterada pela Portaria de Corregedoria nº 37, de 18 de fevereiro de 2025 (22441656), oportunidade em que foram excluídos 4 (quatro) membros e incluídos outros 4 (quatro) membros, os quais foram indicados pelas diretorias da autarquia, cujos registros constam do Processo nº 02001.028406/2024-58 e Processo nº 02001.002249/2025-31.

### **3. GESTÃO CORRECIONAL**

#### **3.1. Modelo de Maturidade Correcional – CRG-MM (Processo nº 02001.002686/2025-55)**

3.1.1. Para aprimorar a gestão correcional, no primeiro trimestre de 2025, esta Corregedoria instituiu, por meio da Portaria de Corregedoria nº 80, de 11 de março de 2025 (22695892), o Grupo de Trabalho de Estruturação do Modelo de Maturidade de Correição (CRG-MM) no âmbito da Corregedoria do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a fim de estruturar a implementação de macroprocessos (KPA – *Key Process Area* - macroprocesso-chave), conforme [Referencial Técnico do Modelo de Maturidade Correcional](#).

3.1.2. Ao fim deste trimestre, o Grupo se encontrava na fase de elaboração de Plano de Ação para implementação dos KPAs concernentes o Níveis de Maturidade 2 e 3.

#### **3.2. Grupo de Trabalho de Estruturação do Processo de Responsabilização de Entes Privados (Processo nº 02001.017343/2024-12)**

3.2.1. No ano de 2024, por meio da Portaria de Corregedoria nº 145, de 24 de julho de 2024 (19996905), instituiu-se o Grupo de Trabalho para estruturação de procedimentos e fluxo de trabalho nos Processos Administrativos de Responsabilização - PAR no âmbito da Corregedoria do Ibama.

3.2.2. O Grupo apresentou Relatório Parcial Simplificado 22692137, no primeiro trimestre de 2025, indicando as atividades realizadas durante a vigência da portaria, e indicando a necessidade de prorrogação dos trabalhos, para avanço e aprofundamentos das ações propostas.

3.2.3. Encerrou-se o primeiro trimestre de 2025, com edição de minuta de portaria, com a previsão de prorrogação do grupo, assim como a inclusão de novo escopo de trabalho, qual seja a realização do mapeamento de áreas de maior vulnerabilidade quanto à ocorrência de atos lesivos à administração por parte de entes privados, para implementação de ações corretivas pela unidade competente, em consonância com o Plano de Integridade do Ibama 2025-2026 (21910506), publicado no Boletim de Serviço nº 21, de 30 de janeiro de 2025.

#### **3.3. Grupo de Trabalho Visitas Técnicas (Processo nº 02001.002708/2025-87)**

3.3.1. Como continuidade das ações de prevenção de ilícitos administrativos realizadas anualmente nas superintendências do Ibama, também no primeiro trimestre de 2025, instituiu-se o Grupo de Trabalho de Estruturação das Visitas Técnicas, conforme Portaria de Corregedoria nº 80, de 11 de março de 2025 (22684893), que encerrou o período na fase de elaboração do planejamento dos trabalhos.

#### **3.4. Grupo de Trabalho de Estruturação do Mapeamento de Riscos nos Processos de Responsabilidade da Corregedoria (Processo nº 02001.002701/2025-65)**

3.4.1. Por meio da Portaria de Corregedoria nº 81, de 11 de março de 2025 (22696093), em 12 de março de 2025, foi publicada a instituição de Grupo de Trabalho para Estruturação do Mapeamento de Riscos nos Processos de Responsabilidade da Corregedoria, divididos em riscos gerais e de integridade, utilizando-se, como referência, as boas práticas implementadas na Administração Pública quanto ao tema.

3.4.2. O grupo estava, ao fim do primeiro trimestre, em fase de elaboração do planejamento dos trabalhos, assim como do cronograma das ações que serão desenvolvidas.

### 3.5. **Transparência Ativa (Processo nº 02001.009082/2025-30)**

3.5.1. Também no primeiro semestre, esta Corregedoria deu início a elaboração de proposta para reformulação da [página da Corregedoria](#), no [Portal do Ibama](#), cujo objetivo geral é adequar a área da Corregedoria no site oficial do Ibama para contemplar os requisitos de acessibilidade e transparência ativa determinados no Idecor e no CRGMM 3.0 da Controladoria Geral da União.

### 4. **PASSIVO DE AUTOS DE INFRAÇÃO E TAXAS DE CONTROLE DE FISCALIZAÇÃO AMBIENTAL (TCFA) PRESCRITOS**

4.1. A Corregedoria do Ibama ainda atuou, nesse primeiro trimestre, no enfretamento do passivo de processos de Auto de Infração e Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental (TCFA) prescritos — tema de controle da Controladoria-Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU) —, por meio da execução do Plano Estratégico de Enfrentamento a Processo de Autos de Infrações Prescritos (Plano de Trabalho nº 4/2023-Coger - 16396230).

4.2. A unidade iniciou o ano de 2025 com o total de 2.410 (dois mil quatrocentos e dez) processos prescritos pendentes de análise, realizando, no período de janeiro a março, a triagem e conclusão de 966 (novecentos e sessenta e seis) destes.

4.3. Assim, ao fim do primeiro trimestre, constava, na unidade Triagem AI e TCFA, o total de 1.444 (um mil quatrocentos e quarenta e quatro) processos pendentes de análise.

### 5. **AÇÕES DE CAPACITAÇÃO**

5.1. No primeiro trimestre, os esforços da Corregedoria para as ações de capacitação foram direcionados em duas frentes:

- Elaboração/revisão do Eixo Corregedoria no Plano de Desenvolvimento de Pessoas do Ibama (PDP nº 1/2025 - 21788568), que culminou na apresentação de 11 (onze) propostas de desenvolvimento de conhecimentos, habilidades e atitudes, os quais constam na Planilha 22811845 (Processo nº 02001.005767/2025-15);
- Organização do Curso de Processo Administrativo Disciplinar, ministrado pelo Auditor da Receita Federal Marcos Salles, a ser realizado no período de 07 a 11 de abril de 2025, no Auditório do Ibama, em Brasília/DF (Processo nº 02001.006414/2025-24).

5.2. Ademais, o Chefe do Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correccionais representou esta Corregedoria no VII Reunião do Fórum de Corregedorias da Área Econômica - FOCO.E+, que aconteceu no período de 25 a 27 de março de 2025, na cidade do Rio de Janeiro (Processo nº 02001.007403/2025-61).

### 6. **ORIENTAÇÕES NORMATIVAS**

6.1. Com o intuito de padronizar e institucionalizar os procedimentos correccionais da autarquia, neste primeiro trimestre, foram publicadas as seguintes orientações e/ou recomendações:

- Ordem de Serviço Corregedoria nº 05/2025 (22929802): implementa a obrigatoriedade de apresentação de Registro Mensal de Atividades para os membros da Comissão Permanente Processante - CPP (Processo nº 02001.007124/2025-06).
- Orientação SEAC nº 01/2025 (22349867): implementa a obrigatoriedade de apresentação de Cronograma de Execução de Trabalhos pelas comissões disciplinares (Processo nº 02001.011566/2024-68).
- Orientação SEAC nº 02/2025 (22501267): recomenda a distribuição de atribuições/incumbências entre o colegiado (Processo nº 02001.011566/2024-68).

## 7. TRIAGEM INICIAL DE DENÚNCIAS E REPRESENTAÇÕES

7.1. No primeiro trimestre, esta Corregedoria recebeu 51 (cinquenta e uma) denúncias com notícia de suposta irregularidade atribuída a servidor da autarquia. Desse total, recomendou-se o arquivamento sumário de 27 (vinte e sete) dessas – nos termos do artigo 8º, inciso I, alínea "a" da [Portaria nº 1.929, de 19 de agosto de 2020](#) –, por ausência de indícios mínimos de materialidade ou autoria que justificasse a ação correcional.

7.2. Além dessas notícias, procedeu-se o arquivamento sumários de 9 (nove) denúncias, com data de ciência do ano de 2024, as quais estavam pendentes de análise por parte da Coordenação de Gestão e Controle Correcional - CGCC, concluindo-se, com isso, o passivo de triagem inicial de anos pretéritos.

7.3. Os assuntos tratados nas denúncias arquivadas sumariamente foram os indicados abaixo, com a observação de que cada notícia pode versar sobre um ou mais temas:

ASSUNTO	Quantidade
Conduta incompatível com a moralidade administrativa (conduta ética)	5
Erro em análise ou atividades afetas a processos técnicos (matéria ambiental)	5
Prescrição de Auto de Infração ou Taxa de Controle de Fiscalização Ambiental	3
Gestão patrimonial (incluindo almoxarifado/estoque)	3
Crime ambiental	2
Comunicação violenta	2
Erros procedimentais ou descumprimento de normas ou regulamentos	2
Recebimento de propina	2
Opor resistência injustificada ao andamento de processo	2
Nepotismo	1
Tráfico e uso de drogas	1
Decisão de gestão	1
Desaparecimento de processo físico	1
Viagem a serviço	1
Uso irregular de veículo oficial	1
Desvio de animais para fins ilícitos	1
Fraude em sistemas	1
Irregularidade não definida	4

7.4. As demais denúncias, que somam 24 (vinte e quatro) notícias, foram distribuídas para instrução, por parte do Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correcionais - SAJC, a fim de subsidiar o ato decisório da autoridade competente.

## 8. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE AGENTES PÚBLICOS: PROCESSOS INVESTIGATIVOS

8.1. Conforme supracitado, no primeiro trimestre, foram encaminhadas 24 (vinte e quatro) denúncias de supostas irregularidades administrativas atribuídas a servidores da autarquia, para instrução por parte do Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correcionais - SAJC.

8.2. Considerando as denúncias/representações, cuja ciência dos fatos data de período anterior, atualmente constam 65 (sessenta e cinco) notícias de irregularidades em tramitação no âmbito do Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correcionais - SAJC, para fins de análise inicial de admissibilidade, e 17 (dezessete) processos de Investigação Preliminar Sumária (IPS) em andamento.

8.3. Na tabela abaixo, apresentam-se as recomendações da análise de admissibilidade das denúncias concluídas nesse primeiro trimestre:

Situação de análise de admissibilidade das denúncias em andamento ou concluídas no 1º Trimestre de 2025	Quantidade
Sugestão de instauração de procedimento acusatório	4
Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)	7
Arquivamento	5

## 9. APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE AGENTES PÚBLICOS: PROCESSOS ACUSATÓRIOS

9.1. No primeiro trimestre, foram instaurados 3 (três) Processos Administrativos Disciplinares no âmbito da autarquia.

9.2. Somando os demais processos que já se encontravam em apuração no Serviço de Apoio às Comissões Disciplinares - SEAC, atualmente, constam 12 (doze) processos acusatórios em instrução na unidade.

9.3. No que se refere aos processos acusatórios concluídos, no mesmo período, houve a entrega de 8 (oito) relatórios finais, por parte das comissões, o que inclui processos instaurados em anos anteriores.

9.4. Os processos em andamento e concluídos pelas comissões disciplinares, dizem respeito aos seguintes assuntos, com destaque de que cada apuração pode abordar um ou mais temas:

ASSUNTO	Quantidade
Devolução indevida de bens apreendidos	1
Divulgação desautorizada de imagens institucionais	1
Emissão irregular de autorizações ambientais	2
Assédio moral contra servidor subordinado	6
Criar óbice ao andamento dos trabalhos da fiscalização	1
Concessão irregular de acesso a sistemas institucionais	1
Remoção irregular de servidores	4
Uso inapropriado de arma de fogo institucional	1
Recebimento irregular de diárias em viagens oficiais a serviço	1
Conflito de interesse junto a servidor público	1
Uso de palavras inadequadas em ambiente de trabalho	2
Abandono de cargo e Inassiduidade habitual	1
Coação de servidores e comportamento inadequado	1
Permitir acesso de pessoas não autorizadas em áreas restritas da instituição	2
Adulterar e compartilhar informações de sistemas restritos do IBAMA	1
Acumulação ilegal de cargo público	1

9.5. Quanto às penalidades aplicadas decorrentes dos processos disciplinares, aplicaram-se 5 (cinco) sanções, conforme tabela abaixo:

Penalidades	Quantidade aplicada no 1º Trimestre de 2025
Advertência	0
Suspensão	1
Demissão	3
Cassação de aposentadoria	1
Destituição do cargo	0

9.6. Importa registrar que, ao fim do primeiro trimestre, 16 (dezesesseis) processos acusatórios estavam na fase de julgamento, aguardando a elaboração de nota técnica de apoio ao julgamento,

parecer jurídico ou despacho decisório.

10. **APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE AGENTES TEMPORÁRIOS: PROCESSOS ACUSATÓRIOS**

- 10.1. No primeiro trimestre foram instaurados 3 (três) sindicâncias disciplinares envolvendo servidores temporários junto ao PREVFOGO IBAMA, assim como concluídos 3 (três) processos pelas comissões de sindicâncias disciplinares, o que inclui processos instaurados em anos anteriores.
- 10.2. Somado às sindicâncias já instauradas, ao final de março de 2025, havia 16 (dezesesseis) processos em apuração, no âmbito do SEAC, em face de servidores temporários.
- 10.3. Os assuntos abordados nesses processos foram os apresentados na tabela abaixo, com a observação de que cada apuração pode tratar de um ou mais temas:

Assunto	Quantidade
Recebimento irregular de auxílio emergencial (COVID 19)	12
Faltas injustificadas	4
Quebra de hierarquia e/ou insubordinação	3
Agressão verbal e ameaça de agressão física	2
Falta de urbanidade	1
Divulgação de informação sigilosa/restrita	1

11. **APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE ENTES PRIVADOS: PROCESSOS INVESTIGATIVOS**

- 11.1. Encontra-se em análise de admissibilidade 01 (um) processo com notícia de suposta irregularidade administrativa atribuída a ente privado. Nesse primeiro trimestre, não houve conclusão de análise.

12. **APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE DE ENTES PRIVADOS: PROCESSOS ACUSATÓRIOS**

- 12.1. Não houve instauração de Processo de Responsabilização de Entes Privados - PAR, no primeiro trimestre de 2025.
- 12.2. No entanto, houve o julgamento de 15 (quinze) Processo de Responsabilização de Pessoa Jurídica (PAR), cujas instaurações datam do ano de 2023, os quais resultaram na aplicação de R\$ 859.816,36 (oitocentos e cinquenta e nove mil oitocentos e dezesseis reais e trinta e seis centavos) em multas a entes privados.

13. **DESAFIOS PARA OS PRÓXIMOS SEMESTRES DE 2025**

- 13.1. Considerando o número restrito de servidores disponíveis para realização dos trabalhos, os desafios para a Corregedoria do Ibama, nos próximos semestres de 2025, é equalizar as demandas de apuração disciplinar (investigativas e acusatórias) com as demais ações descritas no item 3 deste relatório (Gestão Correcional) e no Plano Operacional Anual 2025 da Corregedoria.

(assinado eletronicamente)

**Sibelle Oliveira Pinto**

Coordenadora de Gestão e Controle Correcional  
CORREGEDORIA  
IBAMA

(assinado eletronicamente)

**Alessandro De Souza Queiroz**

Chefe do Serviço de Apoio às Comissões Disciplinares  
CORREGEDORIA  
IBAMA

(assinado eletronicamente)

**Lucas Da Silva Aires**

Chefe do Serviço de Admissibilidades e Julgamentos Correccionais  
CORREGEDORIA  
IBAMA

Ciente das informações apresentadas no Relatório Correccional Trimestral 1º/2025 da Corregedoria do Ibama.

Encaminhe-se para publicação no espaço destinado à Corregedoria no sítio eletrônico do Ibama.

(assinado eletronicamente)

**Gilberto Ricardi**

Corregedor-Chefe  
CORREGEDORIA  
IBAMA



Documento assinado eletronicamente por **SIBELLE OLIVEIRA PINTO, Coordenadora**, em 30/04/2025, às 14:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO DE SOUZA QUEIROZ, Chefe de Serviço**, em 30/04/2025, às 14:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **LUCAS DA SILVA AIRES, Chefe de Serviço**, em 30/04/2025, às 14:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO RICARDI, Corregedor-Chefe**, em 30/04/2025, às 14:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ibama.gov.br/autenticidade>, informando o código verificador **22935611** e o código CRC **880C91F7**.